

## Novas Formas de Presidência da Comunidade e de distribuição do Clero

Não há dúvida que vivemos um tempo de “inverno eclesial”, como previu Rahner. Mas a crise não desemboca necessariamente numa catástrofe: pelo contrário, é uma oportunidade de renovação, tempo de olhos abertos e de mãos livres. Os sinais de alarme não são ainda de hecatombe, mas é necessário ser honesto com eles. Precisamos, pois, de situar-nos diante da realidade numa atitude de diálogo e de crítica.

Mais concretamente, as novas formas de presidência das Comunidades cristãs e a distribuição do clero têm tudo a ver com a eclesiologia, qualquer que ela seja, e com o modo como nela se desenha a figura do presbítero. Trata-se de questões em que não há consensos definitivos. Vou dar sobre elas a minha pobre opinião, sem esquecer pareceres e experiências pastorais várias. No fundo, ajudar a reflectir diante da realidade que começamos a viver na Diocese do Porto.

Orientei, no passado trimestre Setembro-Dezembro de 2009, aqui na Universidade Católica, um Seminário sobre *Clero e Presbíteros - Perspectivas pastorais*. Em ano dito sacerdotal, era objectivo meu e dos alunos um breve estudo sobre o presbitério diocesano, feito fundamentalmente a partir de dados recolhidos nos Anuários diocesano e nacional e sobre eles fazendo a possível reflexão pastoral. Dispusemos para todo este trabalho de apenas 11 unidades lectivas, de 01H15. Entre as muitas dificuldades que encontrámos - e não contando já com não sermos sociólogos -, saliento o facto de os diversos Anuários que utilizámos não usarem todos a mesma metodologia na elaboração da listagem dos presbíteros. Nuns, os antigos, contavam-se rigorosamente e só os presbíteros seculares; noutros, juntavam-se-lhes os religiosos-párocos; noutros ainda, também os residentes na Diocese, mas não incardinados nela, e, nos mais recentes, os de alguns Institutos religiosos, bem como os da Prelatura *Opus Dei*. Uma verdadeira confusão!

Acho que valeu a pena. Os que fizemos este trabalho sabemos agora algo mais do presbitério diocesano, dos problemas que se anunciam para um futuro próximo e dos desafios pastorais que começam a declarar-se e que não podem ser desatendidos.

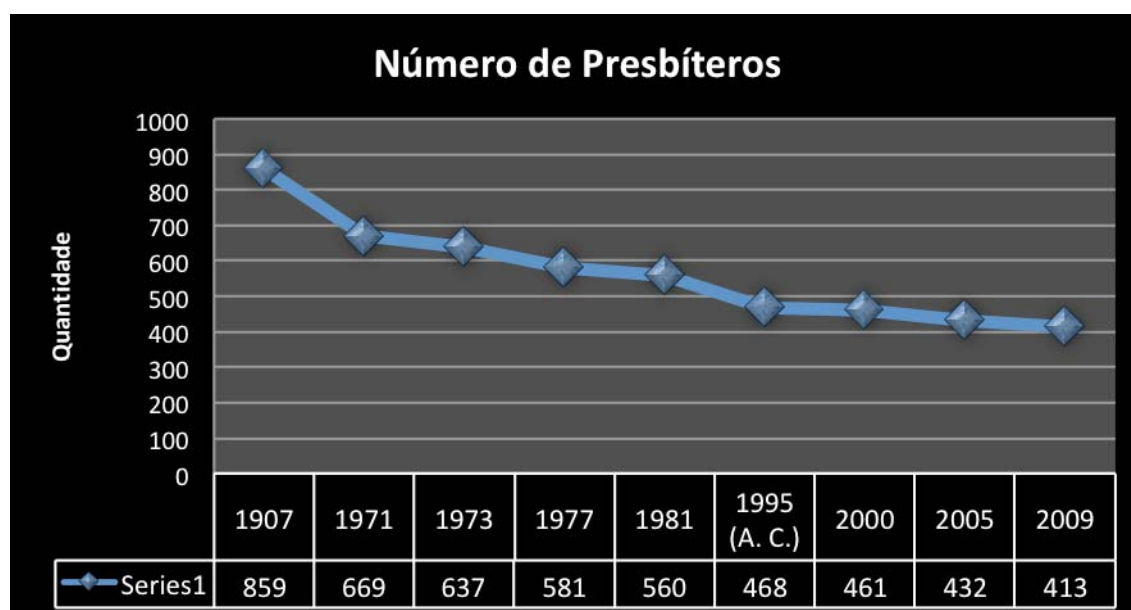
Porque o que vou dizer assenta nesse seminário e numa outra reflexão também escolar, pensei ser de justiça e conveniente trazer comigo o João Emanuel, informático, e o Rui Pedro, aluno de Teologia Pastoral, cadeira em que quisemos saber de uma reforma que está a ser levada a cabo numa diocese francesa, em muito ou em tudo semelhante ao que vivemos no Porto. Claro que estão aqui representando toda a reflexão e trabalho realizados pelos grupos em que estavam integrados.

Comecemos então pela contagem do presbitério diocesano, feita quanto possível com exactidão, mas sempre com muita dificuldade. O João Emanuel vai rapidamente apresentar-nos alguns destes dados.

## ANÁLISE DOS GRÁFICOS REALIZADOS

No trabalho elaborado pelos alunos do seminário Teológico orientado pelo Professor Doutor Arlindo Cunha, estudando Anuários nacionais e diocesanos, obtivemos relativamente à Diocese do Porto diocese do Porto, os seguintes resultados:

### • Relativamente ao número de presbíteros:

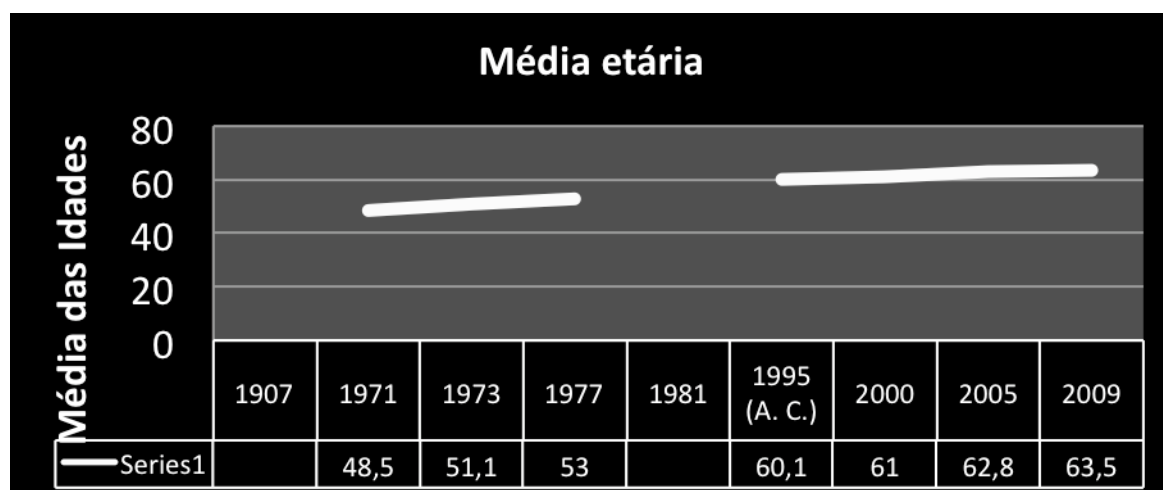


Neste gráfico relativo ao séc. XX, entre 1907 e 2009, pode observar-se uma linha descendente ao longo do século, ou seja, há uma constante diminuição do número de presbíteros na diocese do Porto. Contudo, esta diminuição é acentuada entre os anos de 1973 e 1995.

Entre 1907 e 1971, o desnivelamento da linha resulta do facto de existir uma grande diferença de anos sobre os quais não foram realizadas projecções.

É importante realçar que a partir de 1995 e até 2009 a diminuição deixou de ser tão acentuada passando a ser mais equilibrada, do que resulta numa linha com pouco desnivelamento.

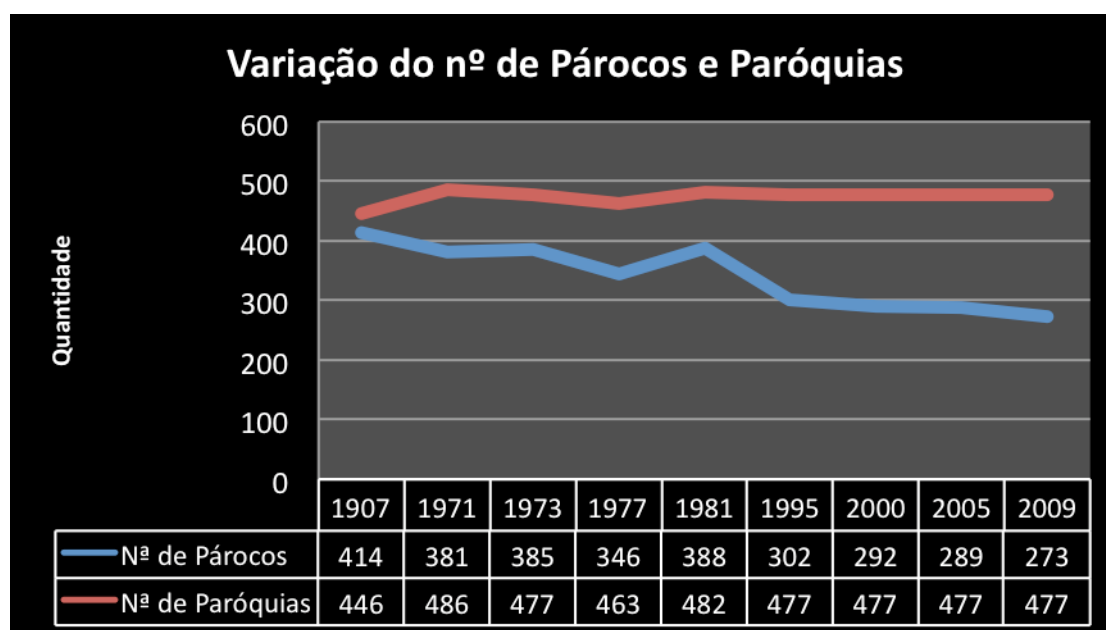
- Relativamente à média etária do clero ao longo dos anos em estudo:



Quanto à média etária não há muito que dizer. Estamos perante um aumento constante da média das idades dos presbíteros analisados no estudo em questão. Desta forma, este fenómeno é inverso ao que anteriormente assinalámos, isto é, verifica-se uma diminuição do número de presbíteros mas aumenta a sua média etária.

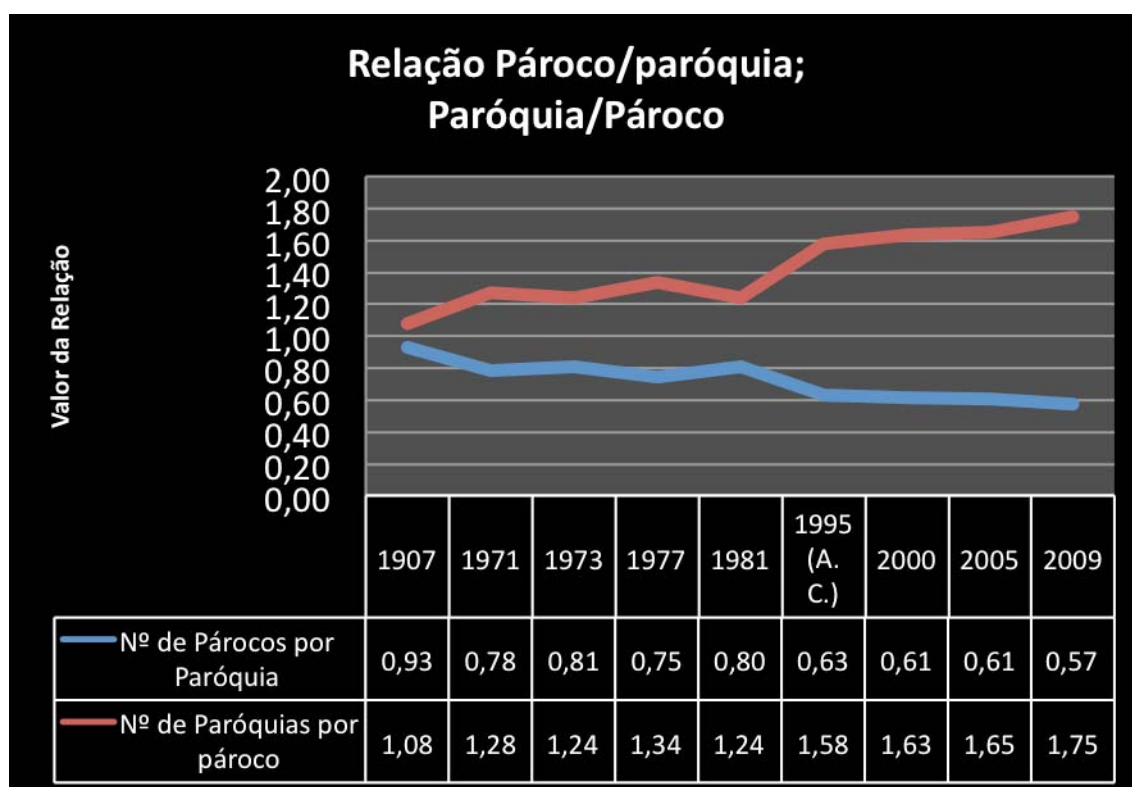
Relativamente ao gráfico em questão saliento o facto de em 1981 não existirem dados nas fontes estudadas, para que pudéssemos completar o gráfico, daí que exista a falha nesta linha contínua.

- Relativamente à variação do número de Párocos e Paróquias:



Neste gráfico podemos analisar dois objectivos do estudo: a variação do número de paróquias e a variação do número de párocos. De uma forma directa, a uma diminuição do número de paróquias corresponde uma diminuição do número de párocos, como é observável

entre os anos de 1907 e 1981. Contudo, a partir de 1995, quando o número de paróquias estabiliza em 477, entra em constante diminuição o número de párocos, por força da diminuição continua do número de presbíteros.

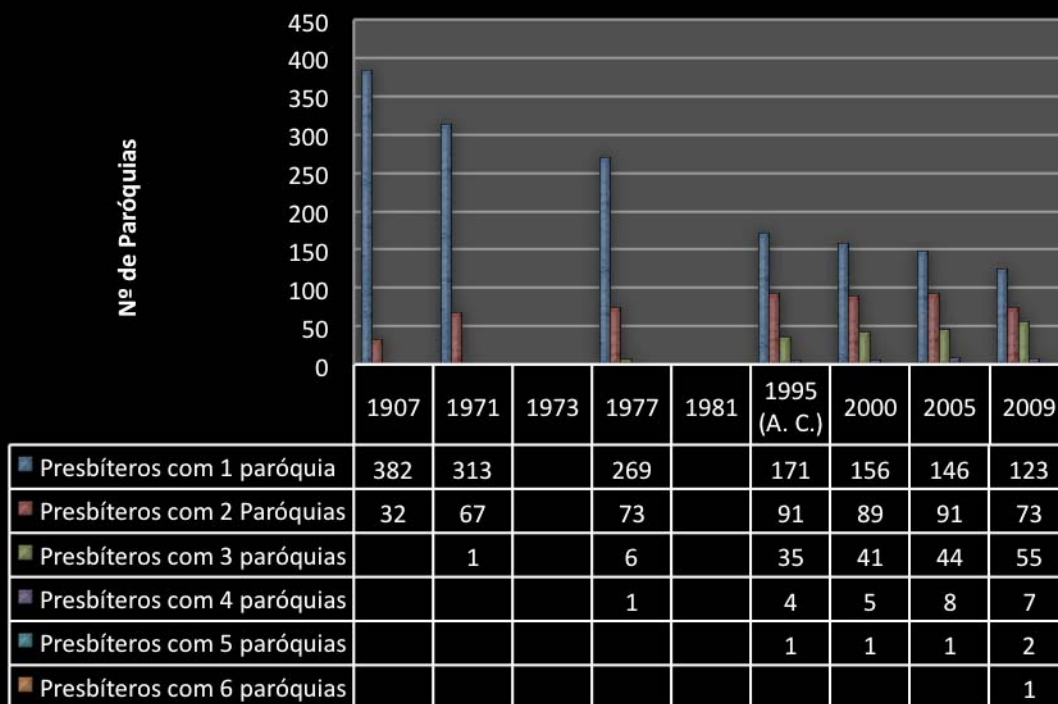


Neste gráfico podemos observar as relações do número de párocos por paróquia e do número de paróquias por pároco. É curioso perceber que, ao longo de um século, nunca houve um pároco por paróquia, isto é, em todos os anos analisados existem sempre párocos com mais do que uma paróquia, mesmo em 1907, quando o número de presbíteros na diocese era muito superior ao número das paróquias existentes.

Importa ainda referir que o aumento constante do número de paróquias por pároco fez diminuir o número de párocos por paróquia ao longo dos anos analisados. Porém, entre os anos 1971 e 1973 e 1977 e 1981 verifica-se uma variação contraditória relativamente ao resto de todo o gráfico, uma vez que há um aumento de párocos por paróquia, ainda que não significativo. Este aumento resulta de um reajustamento do número de paróquias na diocese do Porto.

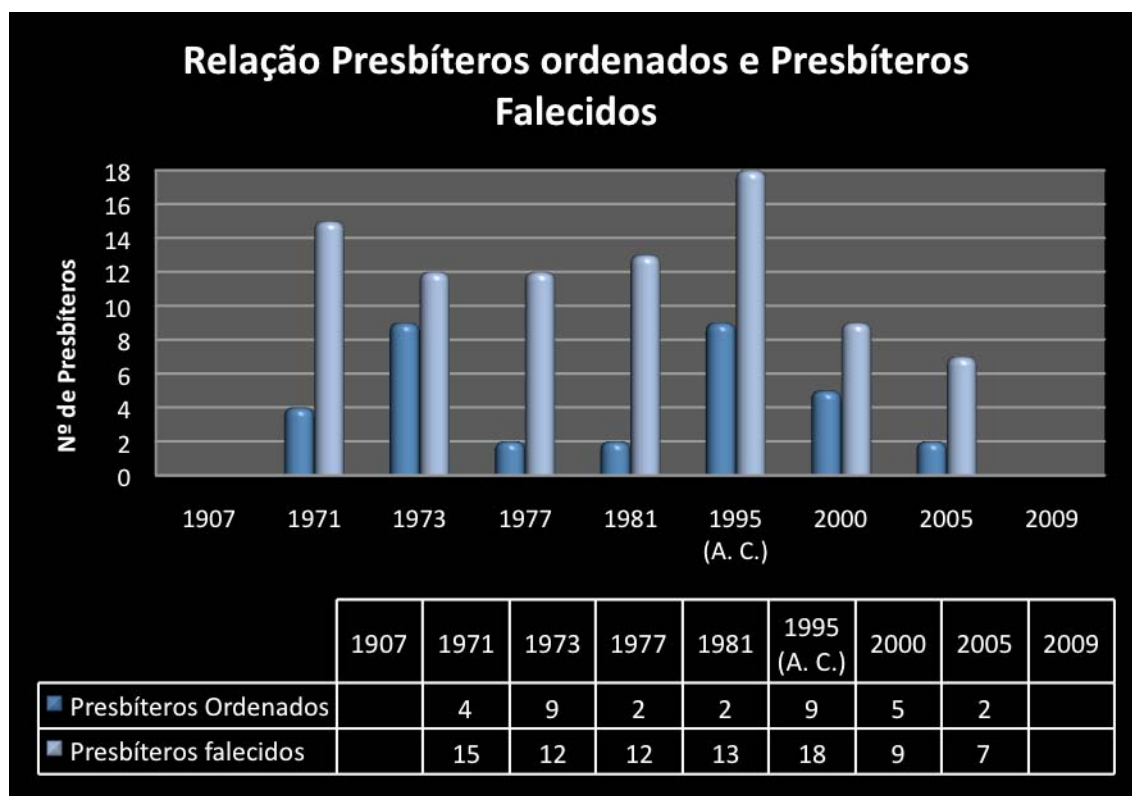
- **Distribuição do número de Paróquias por pároco:**

## Distribuição das Paróquias por pároco



Como se vê no gráfico, não conseguimos dados relativos aos anos de 1973 e 1981.

Podemos no entanto falar de um constante aumento de párocos com mais de uma paróquia. Assim, se no início do século XX havia apenas párocos com duas paróquias no máximo, em 1971 havia já um pároco com três, em 1977, um com 4 paróquias, em 1995, 2000 e 2005, um com 5, culminando em 2009, um com 6. Associado a este facto, acontece a diminuição do número de párocos apenas com uma ou duas paróquias, aumentando os que têm três, quatro, cinco e seis.



Relativamente a este estudo, faltam-nos os dados de 1907 e de 2009, este último ano em curso ainda durante este estudo.

Mesmo assim, pode concluir-se que o número de presbíteros falecidos é sempre superior ao dos ordenados, o que pode ocasionar graves problemas de organização pastoral. Nos últimos anos (1995-2005) tem havido um decréscimo quer do número de falecimentos, quer no número de ordenações de presbíteros.

Quadro descritivo do Anuário de 2009			
Anuário de 2009	Total	Seculares	Religiosos
<b>Presbíteros</b>	413	343	52 (70 - incluem os 18 SMBN; OD; OR)
<b>Párocos + Adm. Paroquiais + Vigários Paroquiais</b>	273	235	38
<b>Capelães/reitores de Santuários</b>	38	28	10
<b>Presbíteros com outras funções não paroquiais</b>	26	25	1
<b>Jubilados /Residentes</b>	52	49	3
<b>Serviço no estrangeiro ou em outras dioceses</b>	6	6	0

Neste quadro podemos observar o resumo dos dados mais importantes relativos ao ano de 2009: 413 presbíteros na diocese do Porto, sendo 343 seculares e 70 religiosos (destes, porém, apenas 52 estão ao serviço directo da diocese).

Dos 413 presbíteros apenas 273 são párocos ou Administradores paroquiais, ou ainda, Vigários Paroquiais. 235 são seculares e 38 Religiosos. Os restantes presbíteros assumem funções não paroquiais, de capelania ou reitoria, estão jubilados ou apenas são residentes; finalmente, 6 estão em serviço no estrangeiro ou em outras dioceses portuguesas.

## **1. Da sacramentalização a uma Pastoral de Evangelização**

Inicialmente, a paróquia assentava numa pequena aldeia - onde se levantava uma igreja, *ermita* ou *basilica*, preexistente à paroquialidade, na maior parte dos casos - e integrava todo um território adjacente. Ela harmonizava, quase na perfeição, para lá da finalidade religiosa com que fora criada, as dimensões geográfica e demográfica (a colectividade estabelecia fortes laços de solidariedade) e, progressivamente, a organização social. Foi aqui que nasceram as municipalidades e outras autarquias, no mundo rural e no urbano; as *megálópoles* vinham ainda longe.

Sabemos todos, pelo *Paroquial suévico*, documento da década de 70 do séc. VI, que, entre nós, sobretudo no Norte, tudo isto começou muito cedo, na cidade e no mundo rural. A cidade do Porto, por exemplo, teve uma só paróquia até 1583, a da Sé, ano em que se criaram as de S. Nicolau, Vitória e S. João de Belmonte. Esta última dividiu-se pouco depois, em 1592, pelas de S. Nicolau e Vitória. Só mais tarde, com a ampliação do perímetro citadino, seriam criadas as de Miragaia, Santo Ildefonso, Massarelos, etc.

À volta da paróquia se vivia toda a vida de um homem, tanto mais que, nesse tempo, da aldeia ou mesmo da cidade, só se saía por *ócio ou negócio, devoção ou paixão*. Fora disso, ali se nascia, vivia e morria, ali se conhecia o quotidiano e o festivo e se celebravam os momentos chave da vida, do nascimento até à morte. Entretanto, as excepções a esta normalidade social foram provocando, ao longo dos séculos, acertos ou alterações no tecido paroquial.

Toda a vida paroquial - e cristã - se desenrolava a partir de um pároco enviado e nomeado pelo bispo, presbítero que, não sendo em princípio originário da comunidade a que ficava ligado, nela se integrava com o tempo e com ela gastava uma vida. Se as coisas corriam mal ou quando entravam em jogo outros interesses, mudavam-no de paróquia, que as havia de 1ª, de 2ª e de 3ª. Com o

tempo, a actividade do pároco resumiu-se ao culto - ele tinha o poder de celebrar, particularmente, a Eucaristia e a confissão -, deixadas de lado outras tarefas que não necessitava de cuidar, como eram a pregação da Palavra, a reunião dos crentes e, fora da igreja, o apoio aos pobres e necessitados.

Desde o romantismo - *As Pupilas do Sr. Reitor* - que já não é assim. Curioso que, quando a paróquia se dizia *territorial*, conseguia, mesmo assim, rasgos de comunidade - hoje, quando se diz comunidade, rebenta-se autenticamente com o antigo conceito de territorialidade! Por isso se começa a falar no fim da “civilização paroquial” (R. Lemieux): “A nossa opinião é clara” - dizem os autores de um livrinho titulado *A nova paróquia* -: “já não se pode sonhar nem com a restauração da cristandade nem com o renascimento da ‘civilização paroquial’. Mas o fim da ‘civilização paroquial’ não significa o fim do cristianismo nem o fim da paróquia. (...) Há é ... uma grande vontade de renovação da paróquia em profundidade, precisamente em razão do desafio da transmissão do Evangelho na cultura actual”<sup>1</sup>.

Porque estamos a mudar de uma Igreja de massas para uma outra minoritária. Seremos cada vez menos e teremos cada vez menos peso na sociedade. Sentimo-lo agora, mas há muito já que ser cristão não exigia uma opção pessoal da fé. Todos eram cristãos, mas, de facto, ninguém o era. Faltava ao ser cristão algo que lhe era essencial e agora passa a ser indispensável: a profissão da fé, em termos adultos, coisa impossível aos 12 anos.

Com o séc. XIX e com a Revolução Industrial, as populações começaram a demandar as cidades, ao ritmo do abandono do mundo rural. Napoleão e, depois, o Liberalismo terão sido os primeiros a perceber o fenómeno, procedendo a um primeiro reordenamento do território. Mas a grande mudança aconteceria sobretudo no séc. XX, com a desertificação do mundo rural e o aparecimento das *megalópoles*, que criaram desequilíbrios não desejados, mas inevitáveis.

Novos tempos, novos mundos, novas culturas. Cortada a forte ligação do indivíduo com a paróquia, num mundo progressivamente secularizado, autónomo e laicizado, as populações urbanas afastaram-se da Igreja, que continuou rural, e as

---

<sup>1</sup> BORRAS, Alphonse e ROUTHIER, Gilles - *La nueva parroquia*, Santander: Sal Terrae, 2009, p. 19.



gentes rurais, embaladas numa inércia que começou a perder a força, continuaram o seu *rame-rame*, sem darem conta que o tempo estava a mudar.

Entretanto, a maior parte dos presbíteros continuou com os remanescentes desse mundo antigo; pelo contrário, os poucos [presbíteros] que viviam nas cidades, descontados os religiosos mendicantes e pós-tridentinos, passaram a ter de responder às centenas de milhar que, apesar de progressivamente afastados da Igreja, se continuaram a aproximar dela, mas só no nascimento, na morte, no casamento e na celebração da saída da infância, embora de há muito necessitassem de uma nova ou segunda evangelização. Mas a paróquia, sempre rural mesmo em tecido urbano, continuava adormecida, sem perceber o que se passava. Nem as missões populares lhe valeram. Numa palavra, a paróquia urbana deixou-se ficar: não fez perguntas. Claro que houve e há exceções! E a rural, a mesma coisa, deixou-se ficar também, a fazer o que durante séculos tinha feito: sacramentalizar. Cristãos não era preciso fazê-los, a cultura ia-se encarregando disso.

Na diocese do Porto, como em todo o lado, tentativas houve de reformar a paróquia, fundamentalmente nos anos 50-60 do século passado. *Por um Mundo Melhor* foi coisa que a minha geração de rapaz ouviu à saciedade, mas, *France, pays de mission?*, já não.

Saliento uma decisão pastoral inteligente que, nessa altura, ousou - é o termo - reordenar a zona suburbana da cidade, invadida por milhares e milhares de imigrantes internos. Criaram-se então, em todo o anel suburbano, novas paróquias ditas primeiramente *experimentais*, mas depois *definitivas*: Afurada, Candal, Coimbrões e Santo Ovídio, em Vila Nova de Gaia; Vergada, em Santa Maria da Feira; Baguim, Azevedo, Senhora do Calvário, Corim, Ameal, Areosa, Senhora do Porto, Cristo-Rei, Senhora da Boavista e Senhora da Ajuda, todas a Norte e a Leste da cidade; e ainda Padrão da Légua e Araújo, no concelho de Matosinhos.

Infelizmente, há que reconhecer que, regra geral, estas paróquias novas se comportaram como se velhas fossem, com rotinas antigas, sacramentalistas, sem grande capacidade de investirem na evangelização, que, como começava a

perceber-se, era, cada dia que passava, mais urgente e inadiável. Embora no campo social algumas se tivessem notabilizado!

Permitam-me recorde mais uma vez que foi na erecção de uma delas que o bispo Ferreira Gomes disse, em 1973, que “é preciso pastoralmente mudar”: “A acção pastoral da paróquia deve também, em nossos dias, propor-se com formas novas. (...) Essencialmente são três os protótipos que se apresentam à porta da fé e da paróquia. Primeiro, os catecúmenos em sentido estrito, isto é, não baptizados... Depois, aqueles cuja fé se ficou no estágio da primeira formação cristã. (...) Finalmente, os baptizados cujo baptismo é puramente formal”<sup>2</sup>. Houve, na diocese, tentativas de pastoralmente mudar, do Padrão da Légua - “uma das mais interessantes experiências pastorais ultimamente realizadas em Portugal”<sup>3</sup>, como dizia o cronista de uma revista de muito boa memória, o *Boletim de Informação Pastoral* - à Zona Ribeirinha do Porto. Mas tudo, afinal, ficou em nada.

Estávamos, como acima referi, chegados ao fim da “civilização paroquial”? Foi por esta altura que, a exemplo do que, sobretudo em França, acontecia, começou também a surgir, em territórios sociologicamente novos, uma ou outra unidade pastoral não paroquial, a apostar mais na evangelização que na sacramentalização, na comunidade mais que na estrutura territorial. Mas quase tudo se ficaria pela imobilidade da paróquia, chegando-se mesmo a afirmar “a impossibilidade de fazer da paróquia comunidade”<sup>4</sup>.

Durante muito tempo, portanto, comunidades, só as paroquiais. No esquema pastoral diocesano, só contavam as paróquias. O pior foi quando se começou a dar conta que havia muitas mais paróquias que presbíteros e quando os movimentos (Cursos de cristandade, Acção Católica e comunidades de variado tipo) começaram a entrar em litígio com elas.

## **2. Sair da crise paroquial?**

---

<sup>2</sup> CORTI, Renato - “La parroquia, Iglesia que habita entre las casas de los Hombres”, in *La parroquia*, Salamanca: Sígueme, 2005, p. 71-72.

<sup>3</sup> *Boletim de Informação Pastoral* nº 30, Ano VI, Março-Abril de 1964, pp. 21-25.

<sup>4</sup> «Actualidade», informação não assinada sobre a Semana Pastoral de Ermesinde, de 1976, no jornal *Nova Terra* de 76.02.19, p. 16.

Segundo os Códigos do Direito Canónico, os de 1917 e de 1983, o princípio é claro: a cada paróquia seu pároco (cânones 460 e 526). Se olharmos a realidade actual, este princípio nunca se pôs de lado. Alterou-se foi - coisa de somenos! - o número de paróquias entregues a um mesmo pároco. Entre nós, vamos já em 6! Pouca mudança, mas completa alteração. Tanta que está muita coisa em causa: a Eucaristia dominical, que é o centro e o cume da vida da Igreja, uma pastoral de evangelização, que não consegue suplantar uma outra de pura manutenção, a perda de certos carismas e a opção por soluções de verdadeiro desespero, na minha pobre opinião. A par disto, uma clara incapacidade de responder “ao meu povo que morre por falta de instrução” (Os 4,6), ao ideal comunitário e ao caboucar do futuro - ainda por cima, com o presbítero, o pároco, sempre a correr de um lado para o outro.

Estaremos apenas diante da necessidade de reorganizar o tecido paroquial? De facto, ao longo dos séculos, é fascinante a história paroquial portuguesa, pela sua criatividade: já no período suevo, *depois, antes de e com* a Nacionalidade, no séc. XIV, com o surgimento de uma nova sociedade; a seguir, com Trento, com a reforma liberal; mais tarde, já no nosso tempo, nos arrabaldes das grandes cidades...; mas, hoje, não estamos a ser capazes do que fizeram os nossos antepassados: retocar, refazer, recriar a relação Igreja - território. O território antigo ou o conceito antigo de territorialidade - sobre a qual se criaram as paróquias - hoje não serve. Território é, hoje - não só nas cidades -, não uma realidade geográfica, mas o resultado duma teia de possibilidades, de afectos e de escolhas, embora a paróquia persista espartilhada por extremas e limites.

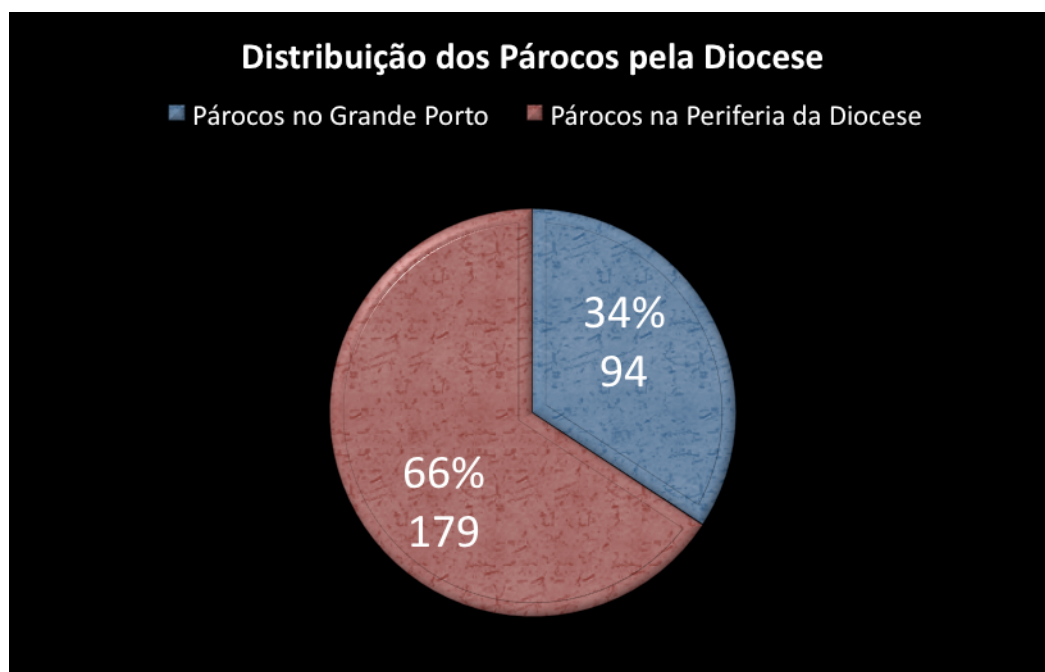
Hoje, já não basta rever ou retocar o antigo território. É preciso ser mais criativo. Hoje, à fome de comunidade não se pode responder com *mega-paróquias*. Há muitos dois ou três que se reúnem por aí em nome de Jesus, mas que o Direito e os Cartórios não reconhecem. E, hoje, para a Igreja responder pastoralmente aos destinatários da Boa Nova do Evangelho, tem de se ler a parábola das ovelhas [Mt 18, 10-14] ao contrário: porque são 99 as que andam perdidas! Para isso, a Igreja precisa de mudar de metodologia pastoral e de racionalizar os recursos disponíveis.

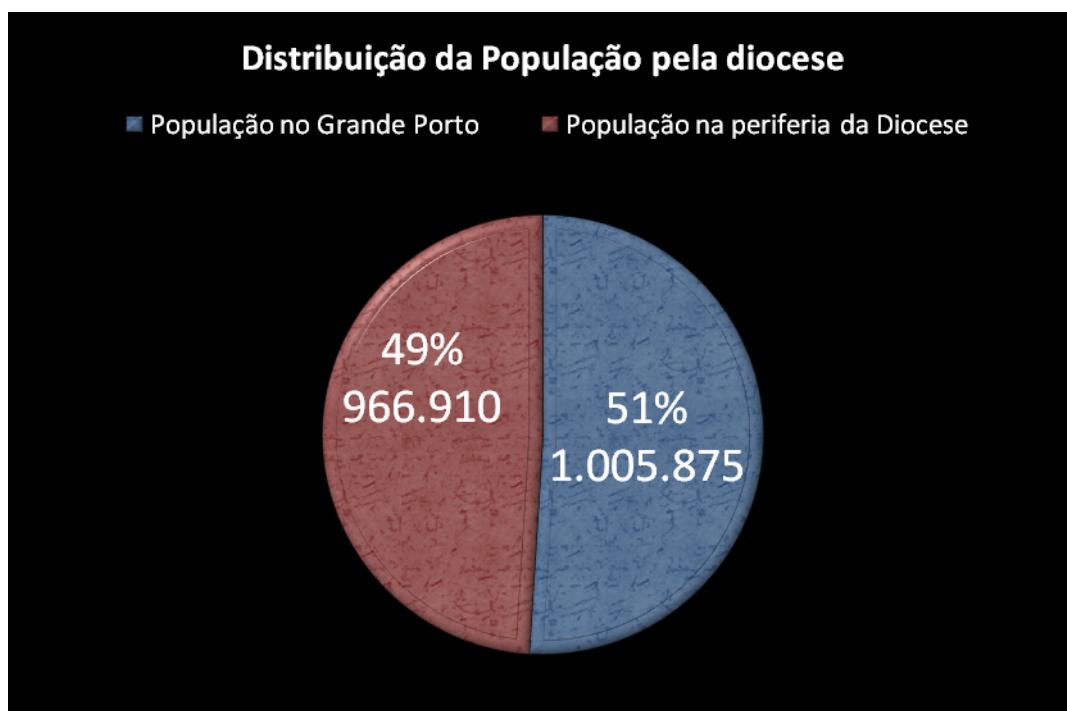
Como aponta a parábola evangélica, urge que nos sentemos a contar armas e soldados a ver se temos hipótese de ganhar a guerra (Lc 14,31), começando por reavaliar os recursos humanos e por descentralizar o que séculos de prática pastoral concentraram na pessoa do presbítero.

Eu fiz as contas: na Diocese do Porto, há 8 concelhos (Arouca, Baião, Castelo de Paiva, Espinho, S. João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra) com menos população que freguesias como Mafamude ou Oliveira do Douro, Ermesinde ou Rio Tinto. Assim sendo, se me não enganei a contar, em Arouca, 1 pároco tem de atender, em média, 2.230 fregueses; em Baião, 2.700; no Grande Porto, 11.293; mas freguesias há, desde logo as já citadas, em que a média sobre para cima de 35.000 ou mesmo mais de 40.000 e tal fregueses.

Vejamos, por exemplo, a relação de habitantes-párocos no Grande Porto e no interior diocesano:

### ***A distribuição do clero pela diocese do Porto***



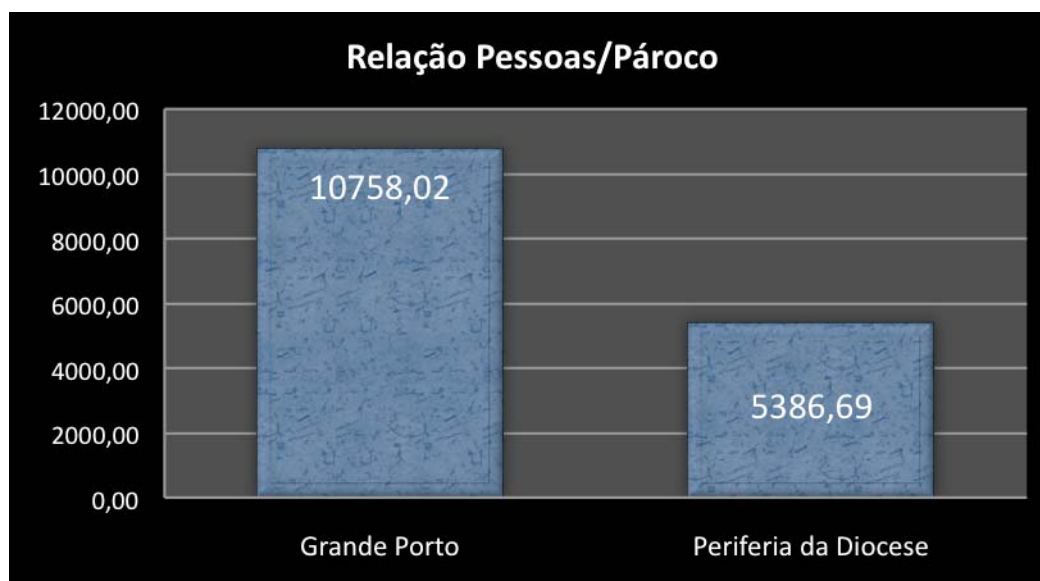


Nestes dois gráficos, podemos observar quer a distribuição do número de párocos pela diocese, como também a sua população. Importa referir que quando indicamos a população do Grande Porto falamos das paróquias dos concelhos do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Valongo, Maia e Gondomar.

A população da diocese soma 1.972.785 pessoas; 51% habitam no que designamos por Grande Porto e os restantes 49% na periferia da diocese.

A mesma análise pode ser feita relativamente ao número de párocos. Dos 273 (100%), 66% são responsáveis por 49% da população diocesana (a periferia do Grande Porto), enquanto que 34% curam 51% da população diocesana (a do Grande Porto). Pode, pois, concluir-se da disformidade na distribuição dos párocos na diocese.

Assim, e concluindo este trabalho de análise, realizamos a relação do número de pessoas por pároco quer no Grande Porto, quer no periferia diocesana:



Ainda relativamente à disformidade acima referida, isto é, quer em termos de pura pastoral de manutenção (tradicional e sacramentalista, preocupada unicamente com os *crentes*) quer de uma outra de evangelização (olhando com especial atenção os afastados), no Grande Porto cada pároco tem a seu cargo 10.758,02 pessoas, número muito superior, quase duplicado, ao das 5.386,69 entregues ao cuidado de um pároco da periferia da diocese.

Concluindo, esta análise permitiu-nos conhecer melhor a realidade diocesana, percebendo algumas lacunas e uma organização estrutural a rever, o que nos obriga a uma nova reflexão pastoral acerca destes assuntos para que melhor se possa servir a Igreja.

Não basta, porém, gerir o pessoal disponível. Porque não se podem ignorar as identidades locais. E não estou com isto a defender bairrismos! Trata-se é de respeitar e ensinar a respeitar a localidade até ao fim, organizando as pequenas aldeias, ou o que delas resta, e as *zonas* (como o Bairro da Sé é diferente de Cristo-Rei, ou o Cerco do Porto da Boavista!) em pequenas comunidades cristãs, accionando o princípio da subsidiariedade e organizando-as de um modo novo no corpo diocesano.

Realizou-se, em Lisboa, nos passados dias 23 e 24 de Janeiro, um Congresso da ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias). No discurso de abertura, o Presidente da República disse ser necessária “uma reflexão séria sobre a questão da dimensão das freguesias e, porventura, sobre a conveniência do seu redimensionamento e da sua organização territorial”<sup>5</sup>. Podemos dar as mãos à reflexão civil?

---

<sup>5</sup> In <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=35887> (2010.02.12 17:02).

Se as paróquias hoje minúsculas têm de ser tratadas de maneira diferente, o mesmo acontece com as *mega-paróquias* urbanas, que não têm a mínima possibilidade de responder ao que uma paróquia deve ser: uma comunidade. Uma paróquia é uma comunidade de fiéis, constituída de modo estável na igreja particular, cujo cuidado o bispo diocesano confia a um pastor próprio (C. 515, § 1). Mas uma comunidade digna desse nome não pode incluir 1% que seja da população de uma *mega-paróquia*, nem um pároco pode atender a tanta gente. Por isso, a *mega-paróquia* tem necessariamente de se dividir em comunidades mais pequenas. Dizia o Papa Paulo VI, na *Evangelii Nuntiandi* (58.2), já em 1975:

□ “As pequenas comunidades... nascem da necessidade de viver mais intensamente a vida da Igreja; ou então, do desejo e da busca de uma dimensão mais humana do que aquela que as comunidades eclesiais mais amplas dificilmente poderão revestir, sobretudo nas grandes metrópoles urbanas, onde é mais favorecida a vida de massa e o anonimato, ao mesmo tempo.”

Não tem sido este, no entanto, o caminho pastoral seguido pelas grandes paróquias urbanas, transformadas, sim, em verdadeiras estações de serviço, sobretudo se têm cemitério no seu território. E o que deveria ser uma pastoral de evangelização, cada vez mais necessária em verdadeira terra de missão, fica-se em nada, apesar do que já dizia João Paulo II, na *Redemptoris missio*, de 1990: que, “nos países de antiga tradição cristã, ... onde grupos inteiros de baptizados perderam o sentido vivo da fé, não se reconhecendo já como membros da Igreja e conduzindo uma vida distante de Cristo e do seu Evangelho, se torna necessária uma nova evangelização ou re-evangelização” (RM 33.4). Afinal, porque, num mundo em que todos são cristãos, de facto, não há cristãos.

As novas paróquias, saídas de uma revisão de fundo do tecido paroquial actual e de uma postura pastoral diferente da do passado, responderiam bem melhor à urgência da evangelização a levar a cabo. Nela se organizariam os serviços de educação da fé, do catecumenato baptismal ou pós-baptismal, da formação de catequistas, etc. e se reinventaria a figura do presbítero, não já um homem do culto, mas da evangelização. Lamento constatar que a maioria das nossas paróquias ou se deixa morrer ao ritmo do passado ou se entregou já a tarefas de que tem rapidamente de se desenredar.

### **3. Falta de presbíteros ou de baptizados adultos?**

Claro que os discípulos de Jesus não receberam dele qualquer norma concreta de como deveriam organizar-se as comunidades dos seus seguidores. Atenderam foi aos ensinamentos que dele receberam – “entre vós, o que quiser fazer-se grande seja como aquele que serve” (Mt 23,29), o ministério presbiteral é serviço às comunidades e não poder - e [atendendo também] ao que o Espírito ia dizendo às igrejas (Apo 2 e 3), o que muitas vezes acontecia no meio de “muita confusão e controvérsia bastante viva” (Act 15,2). Apesar disso, era tudo muito simples: “Sempre que dois ou três se reunirem em meu nome, estarei no meio deles” (Mt 18,20). Não consta, por exemplo, que, para que Ele estivesse no meio, um dos dois ou três haveria de ser presbítero! Pouco a pouco, porém, conforme os distintos modelos culturais em que as comunidades cristãs se configuravam e atendendo aos condicionamentos da missão, começaram a surgir distintos modelos de organização ministerial.

Sabemos todos que episcopos, presbíteros e diáconos não surgiram ao mesmo tempo nas comunidades cristãs primitivas e [que] evoluíram de maneiras muito diferentes. Havia presbíteros aqui e episcopos acolá; aqui, presidiam os Apóstolos; ali, um presbítero ou um episcopo; na maior parte das vezes, homens, mas, em Cêncreas, parece que era uma mulher; em Éfeso, foi um casal, Áquila e Priscila, que tomou a iniciativa, pelo menos antes da chegada de Paulo: aqui, as coisas correram bem, mas, com Diotrefes, foi o diabo; aqui, era um conselho, acolá, uma pessoa...

Seja como for, à distância, parece que não era muito importante entre eles saber quem era o maior! O verbo grego que se pode traduzir por *presidir*, *proístêmi* > *estar à frente, governar, administrar* só por três vezes aparece no Novo Testamento, mas sempre em sentido diferente: na 1ª carta aos Tessalonicenses (quando Paulo refere “aqueles que vos governam”: 5,12), na Carta aos Romanos (quando diz: “quem preside faça-o com dedicação”: 12,8) e na 1ª a Timóteo (quando se diz que “o *episcopo* governe bem a sua casa”: 3,4). Ou seja: nem por aqui sabemos quem é que estava à frente e presidia. Mesmo a Timóteo, Paulo diz que governe bem, mas a casa dele! E ficamos também a saber que não era sempre o mesmo tipo de pessoa a estar à frente da comunidade.



Mais ainda. Na Carta que dirigiu aos Romanos (12,8), Paulo recomendou-lhes uma coisa muito importante e que o Vaticano II haveria de repetir: que, na Igreja, cada um deveria fazer e só o que fosse da sua competência (SC 28). Sabemos como, ao longo dos séculos, se fez nas Igrejas exactamente o contrário, reunindo todos os ministérios em alguns, poucos, ministros. Isto quando já havia nas comunidades uma grande variedade de ministérios e carismas (Rm 12,6-8; 1 Cor 12,4-11 e 27-32; Ef 4,11 e Flp 1,1).

Mas esta diferenciação ministerial ou carismática perdeu-se depois. Os cristãos, ao jeito das ordens da sociedade romana [senadores, equestres, plebe e escravos], haveriam de tornar-se *diferentes* entre si: bispos, presbíteros e diáconos afastaram-se e diferenciaram-se dos demais cristãos, os *leigos na matéria*, o povo. Muito mais tarde, início do séc. XX, ainda se dizia que a Igreja é uma “sociedade de desiguais”. Entretanto, os bispos tinham-se em grande número descaracterizado (palacianos, guerreiros, príncipes, políticos, etc.), os diáconos tinham desaparecido e os presbíteros - honra lhes seja! - tinham carregado praticamente com todos os ministérios e funções: celebravam, liam, ensinavam, presidiam a tudo, até à Fábrica da Igreja, davam catequese, administravam, geriam, eram na paróquia o mesmo que o papa em Roma.

Depois de um tempo em que os presbíteros eram tudo, começámos, há pouco tempo, a perceber que eles eram também cada vez menos. Porquê? Eu ousou perguntar: uma Igreja que não faz cristãos pode suscitar vocações presbiterais? Pode a Igreja do meu tempo insistir unicamente em soluções passadas, de um tempo também passado? É verdade que se restaurou o diaconado. Mas não é verdade que estamos a fazer dos novos diáconos puros ajudantes dos padres?

Que quererão dizer as expressões *escassez de sacerdotes* (c. 517 §2)<sup>6</sup> e *penúria de vocações* presbiterais? Estará o Espírito de Deus a faltar-nos com vocações - bem lhas temos pedido, embora ele nos não ouça - ou estará antes a querer dizer coisas às Igrejas?, por exemplo, que é necessário tirar da minoridade a grande massa dos baptizados, que urge renovar o tecido eclesial de cabo a rabo,

---

<sup>6</sup> A *Lumen Gentium* já dizia que “[os leigos] têm a capacidade de serem chamados pela Hierarquia a exercerem certos cargos eclesiais” (33.4).

reconhecendo e dando corpo à igual dignidade e capacidade de actuação de todos em quanto à edificação do corpo de Cristo diz respeito, ainda que, por sua vontade, alguns sejam constituídos doutores, dispensadores dos mistérios e pastores em favor dos demais (LG 32, 3)? Meteu-se-nos na cabeça que, sem muitos presbíteros, não há Igreja. Mas não são os presbíteros que a fazem.

Pode o Espírito de Deus faltar-lhe com o que ela necessita? “Qual o pai que, se o filho lhe pede pão, lhe vai dar uma pedra? Ou, se lhe pede um peixe, lhe vai dar uma serpente? Ou ainda, se lhe pedir um ovo, lhe vai dar um escorpião? Se vós sabeis dar coisas boas aos vossos filhos, quanto mais o Pai do céu dará o Espírito àqueles que lho pedem!” (Lc 11,11-13).

Eu penso que, no momento que corre, fazem mais falta à Igreja baptizados adultos na fé que muitos presbíteros. Se quiserem, digo isto doutra maneira: é mais necessário deixar, permitir, ou ajudar a que, na Igreja, os leigos sejam leigos que desejar ou pedir para ela muitos presbíteros.

Há muito que penso, e aqui o digo agora, que só quando os leigos assumirem todas as dimensões da sua vocação cristã, os presbíteros encontrarão o seu devido lugar na Igreja. Começemos então pelo princípio!

Diante da crise que vivemos, estamos, indevidamente, em minha opinião, a recorrer a verdadeiras *soluções de desespero*.

Desde logo, aquilo que alguns teólogos-pastoralistas não se inibem de denunciar como a *paroquialização das Ordens religiosas*, leia-se, dos párocos religiosos. Porque o religioso tornado pároco não só abandona, parcelar ou totalmente, a sua comunidade religiosa - que faz parte essencial do seu carisma -, não só perde a capacidade de intervir criticamente na grande Igreja<sup>7</sup>, como tem dificuldade em

---

<sup>7</sup> METZ, J. B. - *Las órdenes religiosas*, Barcelona, 1988, pp. 104-105: “Onde se manifesta hoje a tensão, necessária e fecunda, o antagonismo entre as Ordens e a grande Igreja? Onde estão hoje as tensões que marcaram as origens de quase todas as Ordens religiosas? Não se situaram estas Ordens, no tempo posterior à sua fundação, demasiado no *centro* em que tudo se equilibra e se modera? Não se acomodaram já de certo modo à grande Igreja, deixando-se cercar por ela? Onde está hoje aquela capacidade do choque intra-eclesial das Ordens? Onde exercem, com paixão, no que lhes diz respeito, a crítica profética no interior da Igreja, que não só lhes é permitida em razão da sua própria exigência do seguimento de Jesus, mas que inclusive se lhes exige? Não existe, no interior da grande Igreja, como que uma *trampa* a pretender que as Ordens se adaptem às circunstâncias, e se ponha assim ponto final ao antagonismo? Por acaso, não faz parte dessa *trampa* o processo crescente da paroquialização das Ordens religiosas nos últimos tempos?”.

“conviver fraternalmente com os restantes homens”, como diz o *Presbyterorum Ordinis* (3), para além de não ter uma cultura nem paroquial nem diocesana. O presbítero secular ou diocesano tem - até por uma questão de educação - uma especial ligação e dedicação à Igreja local em que foi ordenado. Não se trata apenas de uma diferenciação jurídica, mas de um autêntico valor vocacional, qualificante como tal de um modo de ser presbítero<sup>8</sup>. A isto chamam alguns autores a *diocesaneidade* (translitero do espanhol<sup>9</sup>), uma especial ligação a uma Igreja particular, a uma diocese, com seus pecados, mas também com sua cultura.

Então, um presbítero secular é diferente de um presbítero religioso? Claro que é. Primeiro, não esqueçamos que, em princípio, o monge - ou o religioso - não era presbítero. Por isso mesmo, “É na perspectiva da espiritualidade que se situa a distinção entre o presbítero secular e o religioso. O religioso está configurado por carismas da vida consagrada e pela profissão pública dos votos correspondentes”<sup>10</sup>. O presbítero secular está determinado pela sua ligação ao bispo e, portanto, a uma Igreja local e à ministerialidade<sup>11</sup>, que depende do tempo e do lugar, e, sobretudo, à eclesiologia em que se contexta. O presbítero pedido pela eclesiologia conciliar de Trento, por exemplo, ou dela decorrente - estava em causa a defesa contra os posicionamentos dos reformadores -, centrou-se fundamentalmente na Eucaristia, no poder de *fazer* a Eucaristia - enquanto o do Vaticano II se refere fundamentalmente a Cristo, cabeça da Igreja, e à tarefa da evangelização.

Tão ou mais perigosa e enganadora que a solução da paroquialização dos religiosos é a de reunir paróquias em número indeterminado, ainda por cima, asfixiadas, todas elas, num sacramentalismo antigo e estéril. A junção de paróquias cava ainda mais a minoridade dos leigos, necessariamente reduzidos a consumidores de culto. Pode ajudar as estatísticas, mas não promove a vida da fé, nem a evangelização, nem a adulez e identidade das mesmas comunidades.

---

<sup>8</sup> MOIOLLI, G. - “*Considerazioni sulla spiritualità del presbítero diocesano*”, in *Scritti sul prete*, Milán: Glossa, 1990, p., 192.

<sup>9</sup> PELLITERO, Ramiro - *Sacerdotes seculares, hoy*, Madrid: Palabra, 1997, p. 51.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 122.

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 129.

As nossas comunidades necessitam de identidade e de servidores preparados que as tomem como suas. E, se os não há - os servidores -, é preciso prepará-los. Aqui é que está a questão. Penso que estamos no momento exacto em que é preciso passar da paróquia centralizada na figura dum pároco à comunidade, paroquial ou não, entregue a quem a integra e conhece e está preparado para lhe prestar um serviço de que ela, comunidade, necessita: “Eu estarei convosco até ao fim dos tempos” (Mt 28,20); “O Senhor é meu pastor, nada me faltará”! (Sl 23,1).

Claro que haverá um tempo em que a iniciativa desta mudança terá ainda de partir dos presbíteros: a de começarem a preparar os leigos para assumirem o que podem e devem, para que os presbíteros assumam apenas e só o que é sua tarefa. Leria aqui, pelo menos, o nº 3 do (Decreto) *PO* e a *Pastores dabo vobis* (nº 18). Mas não é a mim que compete isso, aqui.

Ainda a sair de séculos de cristandade, não nos demos/damos conta que, nesta linha e noutros lados, há muito se enveredou por outros caminhos e soluções.

Em África, por exemplo, há bastante tempo já que a acção ministerial da Igreja não é exclusiva dos ministros ordenados. Apoiando-se no que diz a *Lumen Gentium* - “os leigos têm a capacidade de serem chamados pela Hierarquia a exercerem certos cargos eclesiais” (33,4) -, eles são, por isso mesmo, chamados a *cooperar* (LG 33,4; CIC 129 § 2) e a *participar* nas tarefas do ministério ordenado, concretamente, na direcção da Igreja, “animando-os até a tomarem a iniciativa de empreendimentos” (LG 37,3), capazes de assumirem o anúncio do Evangelho e a pregação (LG 35; CIC 229, 230 § 3, 759, 766), etc., etc. Trata-se não de cristãos ordenados, mas de leigos que são investidos no ministério da presidência de uma paróquia ou comunidade pelo bispo, coisa que já foi feita na nossa diocese. De qualquer modo, estava a falar de África, concretamente do Congo (Kinshasa)<sup>12</sup>.

Outra realidade pastoral é a das pequenas comunidades, ditas *de base*, se referidas à América Latina, ou *pequenas comunidades cristãs*, se em África. Neste último caso, em África, porque se acredita que apoiados “em relações humanas mais intensas, [os cristãos] suportam melhor as tensões entre a fé cristã e a vida quotidiana e podem assim criar um melhor contexto para uma evangelização em

---

<sup>12</sup> KEHL, Medard - *La Iglesia. Ecclesiología Católica*, Salamanca: Sígueme 1996, p. 407-408.

profundidade. Por isso, as pequenas comunidades consideram como sua tarefa principal a promoção da fé comum, mediante a oração, a leitura da Bíblia, o diálogo, a ajuda da proximidade, a instrução catequética da juventude, o anúncio kerigmático fora das fronteiras da própria comunidade, etc. (...). A direcção responsável destas pequenas comunidades corre a cargo de mulheres e homens, casados ou não, não remunerados, que, em parte, são eleitos pela comunidade”<sup>13</sup>.

Semelhantes a estas - quem inspirou quem? - são as comunidades abertas, não paroquiais, que, na Europa, nascem a partir de um lugar de culto preexistente em áreas sociologicamente novas e que afirmam, com o tempo, a sua identidade, que se organizam ministerial e não juridicamente e concedem importância maior à educação da fé e à inserção no mundo. Comunidades não paroquiais, mas com capacidade de iniciativa pastoral no campo da educação da fé - dizia -; começou-se já mesmo a tentar mudar de esquema.

Pela Europa fora, com problemas muito semelhantes de país para país - secularização, indiferentismo religioso, envelhecimento do tecido eclesial e paroquial, diminuição do clero, etc. -, começou já, de facto, a tentar-se a mudança de esquema.

Antes de mais nada, organizando ou reconhecendo comunidades locais que vivam o ser cristão de um modo próximo, como nos inícios, quando as comunidades eram pequenas, pouco organizadas, mas *peregrinas e estrangeiras* num mundo pagão, presididas não necessariamente por um presbítero. Depois, a formação de paróquias novas que abranjam as ditas comunidades em território muito mais vasto, no qual florescerá uma pluralidade grande de estilos litúrgicos e kerigmáticos, capazes de garantir uma vasta oferta espiritual. Entrarão aqui também as Ordens Religiosas, cada qual com seu carisma, com seus mosteiros e conventos implantados no terreno, e com sua *vita communis*, que elas não vivem para si, mas para serviço da Igreja. Claro que os presbíteros seculares disponíveis, numa grande sintonia pastoral, encarregar-se-ão da coordenação de toda uma vida paroquial nova, cuidando particularmente da educação da fé em geral (ministério da Palavra) e da celebração litúrgica, nomeadamente, da Eucaristia.

---

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 213.

Este esquema - digo assim -, que é novo, mas não é também apenas um bocado de tinta por cima, é hoje seguido em várias dioceses francesas e alemãs. Na Alemanha, privilegiando o protagonismo do laicado, mas sem perder de vista a necessidade da reorganização territorial das paróquias; e em França, exactamente ao contrário, privilegiando o reagrupamento territorial, mas sem esquecer, de modo algum, a promoção do laicado.

Claro que para isto há que ter pessoas preparadas, melhor, é preciso preparar pessoas. Esta é uma tarefa inadiável, que não pode esperar mais. Não basta preparar gente para as “assembleias dominicais sem presença de presbítero, expressão horrível”<sup>14</sup>, diz o bispo de Poitiers! Até porque tudo isto levanta enormes problemas, eclesiológicos e pastorais. Mas abre também imensas perspectivas. Coontudo, estes são temas que não vêm para aqui: a ordenação, sim ou não, de homens casados e/ou até de mulheres.

Penso que, em Portugal, é por aqui que temos de avançar. Não preciso de citar Bernard Sesboüé, que o temos connosco estes dias. Quero apenas recordar o título do livro em que ele mais directamente fala deste assunto: *Não tenham medo!* (*N'ayez pas peur!*). Mesmo correndo algum risco no que diz respeito à laicidade ou mundanidade que especificamente lhes compete, começa a ser indispensável que os leigos assumam tarefas pastorais propriamente ditas<sup>15</sup>.

Quanto à presidência das Comunidades, o Direito, que como sabemos anda sempre atrás da realidade, reconheceu já, na sua versão 1983, que, *por escassez de sacerdotes, se pode encomendar a um diácono ou a outra pessoa sem carácter sacerdotal [até] o cuidado pastoral de uma paróquia* (c. 517 §2)<sup>16</sup>. O mesmo se diga da pregação: os leigos podem ser chamados ao ministério da Palavra (c. 759), mesmo a pregar numa igreja (c. 766). Por *escassez de sacerdotes*, diz o Código no primeiro caso, *se disso houver necessidade ou em determinadas circunstâncias*, no segundo.

---

<sup>14</sup> ROUET, Albert, *Un Nouveau Visage d'Église. L'expérience des communautés locales à Poitiers*, Paris: Bayard, 2005, p. 37.

<sup>15</sup> SESBOÜÉ, Bernard - *No tensais miedo! Los ministérios en la Iglesia hoy*, Santander: Sal Terrae, 1998, p. 133.

<sup>16</sup> A *Lumen Gentium* já dizia que “[os leigos] têm a capacidade de serem chamados pela Hierarquia a exercerem certos cargos eclesíásticos” (33.4).

Comentando testes textos, João Paulo II dizia assim na *Christifideles Laici*, de 1988: “É, pois, necessário, em primeiro lugar, que os pastores, ao reconhecer e ao conferir aos leigos os vários ministérios, ofícios e funções, tenham o máximo cuidado em instruí-los sobre a raiz baptismal destas tarefas. Igualmente, os pastores deverão zelar por que se evite um recurso fácil e abusivo a presumíveis *situações de emergência* ou de *necessária suplência* onde objectivamente não existam ou onde é possível remediar com uma programação pastoral mais racional” (CL 23.8).

E diria, na *Pastores dabo vobis*, quatro anos depois: “Hoje, de modo particular, a prioritária tarefa pastoral da nova evangelização, que diz respeito a todo o Povo de Deus e postula um novo ardor, novos métodos e nova expressão para o anúncio e o testemunho do Evangelho, exige sacerdotes radical e integralmente imersos no mistério de Cristo e capazes de realizar um novo estilo de vida pastoral” (18).

Ou seja - é a minha opinião -, João Paulo II tentava recentrar o presbítero naquilo que a Tradição mais cedo lhe entregou, a Evangelização: *O poder do Verbo*. Eu, pessoalmente, creio que o futuro pedirá ao presbítero, prioritariamente, o anúncio da Palavra de Deus e a Eucaristia, *fonte e cume de toda a vida cristã* (LG 11,1), libertando-o da administração de tudo, particularmente do dinheiro e da *paróquia-empresa*, retirando-o de um sacramentalismo sem sentido e de um activismo parálítico, entretido unicamente com os que estão dentro, mas que ignora todos os que estão fora. Há, em tudo isto, uma clara proposta de mudança: de uma pastoral de manutenção ou sacramentalista a uma outra de evangelização. E isto tem de ser levado a cabo com urgência: como dizia o Bispo D. António: “ agora, ou mudamos ou seremos os novos pagãos, a caminho do fim”<sup>17</sup>.

É possível uma revolução pastoral neste sentido? É possível dar prioridade à evangelização numa situação de carestia de presbíteros e em tempo de reorganização da própria organização pastoral? O Rui vai dizer-nos, em 5 minutos, o que se está a passar em Poitiers, em França, uma diocese fundamentalmente rural, com dois grandes pólos urbanos [Poitiers e Chatellerault] e com problemas, à partida, muito semelhantes aos nossos.

---

<sup>17</sup> «Homilia na erecção da paróquia de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Ajuda», in *Igreja Portuguesa* 12 (1972/1973) 25-31.

## A EXPERIÊNCIA PASTORAL DA DIOCESE DE POITIERS

A diocese de Poitiers situa-se no litoral atlântico de França; em 2005 contava com 768 mil habitantes divididos em 604 paróquias; em 2008 contava com 195 presbíteros no activo, levando em linha de conta alguns religiosos e presbíteros de outras dioceses a viver nesta, e 39 diáconos. É arcebispo da diocese Albert Rouet. A diocese celebrou, entre 1988 e 1993 um sínodo diocesano, seguido de um outro entre 2001-03; a Igreja é aí apresentada como “No coração do mundo, comunidades cristãs com presbíteros ao seu serviço”. Iniciou-se, no seguimento dos referidos sínodos, a passagem de um modelo organizativo paroquial para o modelo de comunidades locais agrupadas em Sectores.

Poitiers era uma diocese constituída por zonas rurais com pequenas paróquias dispersas: no sínodo diocesano optou-se por um modelo de proximidade e descentralização. Declara o bispo Rouet: «Ao longo dos tempos, numerosas dioceses lançaram-se em esforços vários de reestruturação paroquial. Mas, para lá de algumas *nuances* particulares, o princípio continuava sempre o mesmo: tudo à volta de um ponto único, onde residia o pároco, o essencial da vida cristã. Muitas paróquias antigas foram anexadas a outras. (...) Mas tudo reforçava a figura do presbítero: ele mantinha-se à cabeça de um todo centralizado donde ele próprio reinava. (...) Os reagrupamentos de paróquias reuniam os convencidos, os que já pertenciam ao círculo vivo da Igreja. Mas a concentração num ponto impedia noutras localidades as capacidades que nelas despertavam. As consequências são inegáveis: a centralização extenuava a periferia. Esta organização tinha de resto postigos fechados: não fazia cristãos. Para viver a fé, era preciso ir longe».<sup>18</sup>

Mas no sínodo diocesano de 1993 tomou-se a decisão de agrupar as paróquias em Sectores, uma vez que não era possível cumprir o princípio do Código de Direito Canónico: uma paróquia um pároco<sup>19</sup>. Cada Sector possui um conselho pastoral formado por presbíteros, diáconos e leigos com carta de missão. A função do Sector é a de coordenar e promover o nascimento das unidades fundamentais da Igreja diocesana: as Comunidades Locais.

As Comunidades Locais podem nascer onde antes havia uma paróquia, mas não automaticamente. O princípio que passa a regular a organização diocesana não é o territorial, mas o pessoal. Nascem Comunidades onde surgirem leigos disponíveis e preparados para as dinamizar. A opção por Comunidades Locais lideradas por leigos corresponde à procura da proximidade entre as pessoas, que gera laços de fraternidade e se torna o melhor testemunho evangelizador.

A primeira comunidade local foi formada em 1995; em 2005 eram já 291. Uma comunidade local nasce depois de constituída uma equipa formada por cinco elementos que, depois de uma formação, assumem a animação as dimensões fundamentais da vida da comunidade:

- \* Delegado Pastoral;
- \* Responsável da Vida Económica/Material
- \* Responsável do Anúncio da Fé
- \* Responsável da Oração
- \* Responsável da Caridade

<sup>18</sup> ROUET - *ob. cit.*, p. 27.

<sup>19</sup> Código de Direito Canónico, n. 526



A cada comunidade é atribuído um presbítero com a missão de a acompanhar e de animar as relações com o Sector. A actuação das comunidades locais é animada e enquadrada quer pelo Sector, quer pelos secretariados e movimentos diocesanos, alguns dos quais liderados por leigos. Ao delegado pastoral, segundo o princípio apontado pelo nº 527 do Código de Direito Canónico, compete orientar as reuniões regulares da Equipa de Base, presidir às celebrações dominicais e efectuar o contacto com o presbítero e o Sector. Este serviço, assim como o do responsável pela Vida económica, são eleitos pela comunidade cristã, de 3 em 3 anos com um máximo de 2 períodos. Os restantes 3 serviços surgem como carismas apontados pelo presbítero e aceites pela comunidade. Este papel dos leigos corresponde a uma revolução copernicana, segundo o bispo Rouet que declara:

«Passar do tempo dos leigos que giram em redor do pároco “para o ajudar”, como adjuntos dedicados e eficazes, para o tempo de comunidades autênticas, responsáveis, com um presbítero ao seu serviço, indo de uma a outra consoante o seu tempo. Já basta de ver o pároco só pela janela do seu automóvel!»<sup>20</sup> E continua: «É um facto, em si estranho, que pessoas que são óptimos profissionais, que animam associações e que participam no Conselho Municipal, se sintam absolutamente incapazes ou mesmo menores na Igreja. No máximo, ajudam; mas sempre sem possibilidades de iniciativa, nem de assunção de responsabilidades normais.»<sup>21</sup> A descentralização e a co-responsabilidade que caracterizam as comunidades locais geram laços de proximidade e de fraternidade que se tornam um testemunho evangelizador. Vai-se mesmo tornando frequente encontrar responsáveis da Vida Económica e da Caridade [da Comunidade] a serem chamados às reuniões do Município.

Quanto ao papel do presbítero, este sofre uma reconfiguração em função do novo modelo eclesial já não assente na divisão territorial e centrada na figura do pároco. Declara o bispo Rouet: «Longe de se livrar do presbítero, uma Comunidade Local sente a sua necessidade. Ela necessita que um presbítero seja verdadeiramente presbítero (...)» Segundo o bispo Rouet, a missão do presbítero é a da paternidade na fé pelo anúncio da Palavra e do acompanhamento do crescimento na fé dos fiéis, a missão de servir a comunhão entre as comunidades e, por fim, a de ser sinal do Ressuscitado.<sup>22</sup> E conclui:

«Enquanto que o sistema paroquial colocava o presbítero no centro com os leigos à sua volta – o que lhe conferia um lugar social tradicional, mas com o risco de confortar o seu ego –, com as Comunidades Locais, o presbítero dirige-se é de uma a outra Comunidade. Ele reencontra assim uma certa itinerância, conforme à maneira apostólica do início, na qual, aliás, ele foi ordenado. Porque ele não pode contentar-se com estar disponível na residência, pois que foi ordenado para exercer o ministério apostólico. Ele não é mais o homem de uma organização, especialista em todos os seus detalhes, que dirige tudo. Ele deve é preocupar-se com o essencial, com o que lhe é próprio: servir o crescimento da Fé e a dinâmica missionária. Num Sector organizado em comunidades locais, o presbítero encontra tempo. Muitos o reconhecem já. Se ele está sobrecarregado, é porque não sabe organizar a sua agenda. Porque ele pode perfeitamente, agora, encontrar tempo para rezar, ler, formar-se, acompanhar os movimentos e anunciar aos não-cristãos. Estes factos mostram que não se pode substituir um presbítero por leigos numa estrutura pensada pelos

---

<sup>20</sup> ROUET - *ob. cit.*, p. 34.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 46.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 54.

presbíteros, organizada por eles e feita para eles. Confiar tarefas aos leigos exige inventar uma outra estrutura»<sup>23</sup>

**Rui Pedro Vasconcelos** – 5º ano de Teologia

Acabo com João Paulo II, que, na Carta *Novo millenio ineunte*, enviada em 2001, disse assim às Igrejas de todo o mundo:

«“Eu estarei sempre convosco até ao fim do mundo (Mt 28,20)”. Esta certeza acompanhou a Igreja durante dois milénios... Dela devemos auferir um novo impulso para a vida cristã, melhor, fazer dela a força inspiradora do nosso caminho. É com a consciência desta presença do Ressuscitado entre nós que hoje nos pomos a pergunta feita a Pedro no fim do seu discurso de Pentecostes, em Jerusalém: "Que devemos fazer?" (Act 2,37).

Interrogamo-nos, animados de confiante optimismo, embora sem subestimar os problemas. Certamente não nos move a esperança ingénua de que possa haver uma fórmula mágica para os grandes desafios do nosso tempo; não será uma fórmula a salvar-nos, mas uma Pessoa e a certeza que ela nos infunde: “Eu estarei convosco!”

Sendo assim, não se trata de inventar nada de “novo”. O programa já existe: é o mesmo de sempre, expresso no Evangelho e na Tradição viva. Concentra-se, em última análise, no próprio Cristo, que temos de conhecer, amar e imitar, para com ele transformarmos a história, até à sua plenitude na Jerusalém celeste. É um programa que não muda com a variação dos tempos e das culturas, embora se tenha em conta o tempo e a cultura para um diálogo verdadeiro e uma comunicação eficaz. Este programa de sempre é o nosso programa para o tempo que corre. Mas é necessário traduzi-lo em orientações pastorais ajustadas às condições de cada comunidade.» (nº 29)

**Arlindo de Magalhães Ribeiro da Cunha**  
**Rui Pedro Vasconcelos e João Emanuel Pereira Pinheiro**  
Jornadas de Teologia da Faculdade de Teologia, Porto, Fevereiro de 2010

---

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 54.